

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PROMOVEDO UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

Caroline Santos Magalhães¹
Dantiele Brandão²

RESUMO

Este artigo é um trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, e apresenta os resultados de uma pesquisa na área de Gestão, que teve como objetivo conhecer os processos das Políticas Públicas, a importância da gestão democrática e sua contribuição dentro do conselho escolar e as principais atividades do gestor democrático. Para isto realizamos uma pesquisa de campo com coleta de dados no CMEI Alzira Maria de Jesus, da rede Municipal de Cariacica, Espírito Santo, na qual a observação e participação ocorreu durante o período do ano letivo de 2015, e a abordagem do tema justifica-se pela necessidade de analisar e compreender esse processo tendo em vista a dificuldade que os gestores escolares encontram no ato de liderar. Paro (2001, 2002), Groh (2006), Libâneo (2001) e Spósito (2002) sustentam o olhar teórico deste artigo. Dessa forma a participação e ampliação da rede colaborativa são importantes elementos constitutivos da gestão da escola com vistas à qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Neste sentido, compreende-se a necessidade de uma gestão participativa que busque superar as formas conservadoras de organização e gestão, acenando para formas alternativas, criativas de modo que os objetos sociais e políticos da escola garantam oferecimento de uma educação de qualidade para todos.

ABSTRACT

This article is a work of Education Completion of course, and presents the results of a survey in the Management area, which aimed to understand the processes of Public Policies, the importance of democratic management and its contribution within the school board and the principal activities of the democratic manager. For this we conducted a data collection with field research in CMEI Alzira Maria de Jesus, the Municipal Network Cariacica, Espírito Santo, where observation and participation occurred during the school year 2015, and the theme justified approach by the need to analyze and understand this process in view of the difficulty that school administrators are in the act of leading. Paro (2001, 2002), Groh (2006), Libâneo (2001) and Spósito (2002) support the theoretical look of this article. Thus participation and collaborative network expansion are important constituents of school management with the quality of teaching and learning processes. In this sense, we understand the need for a participatory management that seeks to overcome the conservative forms of organisation and management, waving at alternative ways, creative so that the social and political object of the school guarantee providing a quality education for all

Palavras-chave: Educação. Participação. Qualidade.

INTRODUÇÃO

Atualmente as Políticas Públicas educacionais visam uma realidade que deve ser implementada no contexto escolar. É necessário superar as formas conservadoras de organização escolar e inovar a gestão, buscando formas alternativas, criativas de modo que os objetos sociais e políticos da escola garantam oferecimento de uma educação de qualidade para todos. Portanto, o papel da escola junto com a família e comunidade é possibilitar ao aluno o aprendizado que o permita apreender e utilizar o conhecimento adquirido e interagir socialmente, a saber, construir a sua própria linguagem e a se comunicar, a usar a informação e o conhecimento para ser capaz de viver e conviver num mundo em transformação.

A escola deve assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos de pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética. É também imprescindível que haja promoção na democratização do conhecimento e difusão das relações democráticas.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1997, Lei nº 9.394/96), a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O educando tem características próprias- emocionais e psicossociais - e o professor, a mão de obra, também são diferenciados por sua formação pedagógica específica para desenvolver o processo educacional. A partir da concepção de educação daqueles que estabelecem a política educacional, pode-se inferir seu tipo de administração escolar. Como por exemplo: se a política educacional priorizar o intelectualismo e o professor como centro do processo educativo, ter-se-á uma educação tradicional e, conseqüentemente, uma administração humanista tradicional; se priorizar o aluno ativo como centro do processo educativo, ter-se-á

uma educação escola novista e, conseqüentemente, uma administração humanista moderna.

Entretanto se a prioridade for o aluno tem-se uma educação progressista e uma forma humanista-progressista de administração. Entende-se que o trabalho visa contribuir para a formação de novos gestores, dada à compreensão e análise do processo da gestão democrática nas escolas públicas. Quanto aos aspectos metodológicos, o artigo, resultante de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, busca ainda despertar o interesse sobre participação popular e a educação para a cidadania como elementos presentes na gestão escolar. No contexto educacional brasileiro atual, o desempenho da educação nas escolas públicas, merece especial atenção.

Neste sentido, compreende-se a necessidade de uma gestão participativa que busque superar as formas conservadoras de organização e gestão, acenando para formas alternativas, criativas de modo que os objetos sociais e políticos da escola garantam oferecimento de uma educação de qualidade para todos.

Dessa forma, o estudo estabeleceu como problematização a seguinte questão: As instituições de ensino da rede pública têm praticado uma gestão democrática que possibilite o desenvolvimento de uma administração que possa garantir como consequência qualitativa a melhoria no processo ensino-aprendizagem? Acredita-se que seja um assunto importante porque poderá mostrar que a gestão escolar deve:

- a) Pressupor uma filosofia e uma política diretora estabelecida pelo grupo de escola;
- b) Estruturar-se para gerar processos criadores de condições adequadas às atividades do grupo; objetivar a unidade e à economia de ação, bem como ao sucesso do processo educacional.

A presente proposta de pesquisa e de natureza qualitativa, procurando desenvolver assim, um estudo bibliográfico e de campo, onde será realizado no CMEI Alzira Maria de Jesus, Bairro Aparecida, município de Cariacica/ES, através de observações. Cabendo ao gestor, promover, mais rapidamente, a coesão e a capacidade de trabalho da equipe e da comunidade. Trata-se do processo de

democratização da sociedade e de ruptura dos mecanismos e das armadilhas da dominação política, tradicionalmente originados no âmbito do Estado.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO DIREITO SOCIAL

Segundo Likert, (1971), a gestão escolar democrática participativa baseia-se na relação entre a direção e a participação do pessoal da escola, portanto, é entendido como uma forma regular e significativa de envolvimento dos funcionários tais como professores, especialistas, pais, alunos e diretores de uma organização no seu processo decisório. Assim, a prática democrática na escola se materializaria pela participação das pessoas e pelo respeito às decisões coletivas. Desta forma, a concepção de democracia como participação parece indicar uma tendência dos sentidos predominantes que estão sendo articulados na construção democrática no espaço escolar.

O significado da palavra democratizar é conduzir a democracia, colocar-se ao alcance do povo, da maioria da população. O esclarecimento da gestão democrática participativa é um conceito distinto do conceito de democracia representativa. Em uma democracia representativa, representantes dos grupos interessados são escolhidos, aos quais se delegam poderes decisórios em nome do grupo que está representando; não se tem a garantia de que a voz da maioria será ouvida.

Já na democracia participativa, todos opinam, todos ajudam a decidir, sem a incerteza da usurpação de poder por parte de um suposto representante; exige, porém, maior consciência e responsabilidade por parte de cada um dos envolvidos (Westrupp, 2003). “Portanto, “[...] a gestão democrática participativa depende da vontade, da compreensão, da necessidade e do ato voluntário da pessoa, que se liga mais à questão filosófica do que à econômica” (MOTA, 2003, p. 69) ”.

Segundo Luck, (2000) a gestão escolar democrática é interessante no âmbito do estabelecimento de objetivos, manutenção de padrões de desempenho, tomada de decisões e garantia de atendimento adequado das necessidades de sua clientela, envolvendo todos os profissionais na realização das múltiplas tarefas o que promoverá qualidade pedagógica do processo educacional da escola, maior sentido

de realidade e atualidade ao currículo escolar, estimula para a busca de ações inovadoras capazes de modificar o ambiente e de colaborar para a qualidade da educação, aumento do profissionalismo do corpo docente, além de contribuir para motivação dos envolvidos como da comunidade.

Segundo Freire (1996) a democratização da escola pública envolve autonomia dos professores e alunos no papel de construtores da sociedade, e pela atuação destes, como sujeitos do processo pedagógico. Os docentes devem ser capazes de tomar decisões, sejam individuais ou coletivas, para a prática democrática no universo escolar. Sem isso, fica inviável a autonomia da escola para uma prática da “Pedagogia da autonomia”.

A autonomia do professor é intrínseca à sua profissão e um fator essencial à democratização da escola e do exercício das práticas pedagógicas, tornando-se então necessário rever, assim, as orientações tecnocráticas que transformam os professores em funcionários do sistema, enquadrando suas ações em currículos, orientações pedagógicas e em avaliações já determinadas pelos dirigentes burocráticos.

Hoje, para falar de escola, se é obrigado a falar de gestão, e gestão escolar aponta para projetos - individuais pessoais e educativos -, de planejamento, de estratégia, da realidade que se tem e daquela que se gostaria de construir. Entender o homem em suas várias dimensões será a busca interminável.

Nesse sentido, toda gestão escolar deve ser fundamentada no entendimento do homem como ser pluridimensional. Uma escola sem alma idealizada não fomenta homens livres, com valores, com esperança, nem com capacidade de se questionarem ou se projetarem em outra dimensão, que não a da sobrevivência diária.

Entende-se que uma vez que a sociedade atual se torna mais excludente - principalmente pelo grande volume de informações à disposição do sujeito, o papel da escola será o de contribuir para que essa mesma sociedade da informação conduza a uma sociedade do conhecimento, na qual as competências de cada indivíduo sejam ferramenta de trabalho para o futuro de cada um.

O PROCESSO DEMOCRÁTICO COMO NOVAS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO

O processo de democratização da sociedade brasileira ainda é muito novo. Em vista desse fato, compreende-se que, dada a falta de tradição e de práticas democráticas no país, os processos de implantação da gestão democrática defrontam-se com enormes dificuldades e com inúmeros conflitos.

A gestão escolar no Brasil é extremamente conservadora, pois é baseada nos princípios administrativos das empresas capitalistas que foram originadas e instituídas pela necessidade e interesse do capital.

Como a administração escolar é influenciada por estes princípios, sua concepção é burocrática, centralizadora, autoritária e desarticulada das necessidades da comunidade escolar o que torna a gestão escolar “um retrocesso que impede e incapacita a escola de se adaptar às necessidades de novos parâmetros de desenvolvimento” (GROH, 2006).

A escola tem se mostrado incapaz de enfrentar os desafios das novas demandas sociais, para responder tais desafios, estratégias como implementação de regimes de colaboração com a comunidade e parcerias, vem se tornando processos básicos nas novas formas de gestão (LIBÂNEO, 2001, p. 61).

Segundo Groh (2006), “outro obstáculo encontrado na gestão democrática se refere à burocratização das organizações que criam mecanismos administrativos capazes de intimidar qualquer tipo de participação”. Há uma tendência para as centralizações decorrentes de dirigentes dos quadros, encontramos uma situação que exige que a organização escolar tenha o domínio em diversas áreas como contabilidade, compras, pagamentos, entre outros, que obriga o diretor a colocar em segundo plano o aspecto mais importante de sua atuação que é a responsabilidade pelas questões pedagógicas e êxito de seus alunos.

Para Spósito (2002) existem algumas dificuldades para que esse processo ocorra. Em primeiro lugar, existe uma incompatibilidade entre modelos e práticas democráticas. A democratização não é possível ao lado de estruturas administrativas burocratizadas.

Portanto, não há forma de gestão democrática que possa ser viabilizada sem alteração profunda nas estruturas dos organismos ligados à educação, sejam eles federais estaduais ou municipais. Em segundo lugar, a distância existente entre representantes e representados. A prática democrática não se resume na indicação de representantes que se desligam dos representados.

A prática democrática parte do princípio de uma relação orgânica entre ambos, em que dessa relação se edifica uma nova relação. Por último, a constituição e organização dos atores. É preciso ter em conta a possibilidade real de tomada de decisões e, sobretudo, o reconhecimento das ações e responsabilidades dos atores envolvidos.

O consenso não é o ponto de partida para as relações sociais, pois obscurece a diversidade. O principal objetivo da educação defende Spósito (2002), é perseguir uma trajetória que comporte a discussão e o conflito, o princípio para a concretização de um debate que constitui o caminho para uma elaboração coletiva das decisões. A participação da comunidade se destaca na promoção da democratização na escola, na formação de conselhos escolares e na eleição direta para diretores de escola.

A Constituição Federal prevê a gestão democrática do ensino, porém, apresenta ressalvas quando se trata de eleições de diretores, ao preconizar que cabe ao poder executivo nomear os cargos em comissão de diretor de escola pública, provocando polêmica frente à proposta de democratização, já que o tipo de vínculo e de relação do diretor com a instituição educativa e com a comunidade escolar se altera dependendo da forma como ele é escolhido.

A indicação do cargo de diretor torna-se peça central na preservação dos interesses do Estado e, portanto, quando feito por este representa uma gestão escolar de compromisso duvidoso com a comunidade escolar. A postura do diretor é por tradição autoritária e centralizadora, o que torna a aceitação da participação e do trabalho com a comunidade nos assuntos escolares difíceis. (PARO, 2002).

Não há como ignorar também que gestores e educadores escolares pouco conseguem fazer diante da falta de material pedagógico, das classes abarrotadas,

da falta assistência pedagógica e demais condições inadequadas para o trabalho em geral. (PARO, 2002)

Associado a essa estrutura encontra-se o ínfimo salário, que os obriga a mais de uma jornada de trabalho, condicionando inclusive a uma baixa produção e, conseqüentemente, a um baixo rendimento da competência profissional. Essa estrutura contribui para que as escolas públicas apresentem altos índices de evasão e reprovação, assim como baixo nível de conhecimento dos que conseguem ser aprovados. (PARO, 2002).

A GESTÃO NO PROCESSO PARTICIPATIVO ESCOLAR

No final da década de 1970, o impacto da gestão participativa foi reconhecido como grande aliado na eficácia das escolas ao observar que todos os problemas da escola não eram sanados somente pela ação do diretor, “[...] para a organização ter sucesso, é necessário que os diretores busquem o conhecimento específico e a experiência dos seus companheiros de trabalho” (LUCK et al., 2000, p. 19).

Apesar de existirem vários tipos de liderança, o funcionamento e a eficácia da escola depende em boa parte da capacidade de liderança de quem esta exercendo a direção e a coordenação pedagógica. A liderança democrática é importante no processo de aperfeiçoamento da qualidade educacional, é um meio de alcançar melhor e mais democraticamente os objetivos da escola, que se centralizam na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem.

A participação da sociedade na escola pública vem crescendo, ganhando novos adeptos, novos projetos de iniciativa privada, além da crescente valorização por órgãos governamentais.

Segundo Paro (2001) entende-se que gestão democrática implica a participação da comunidade tanto na participação das decisões, nas execuções, quanto na partilha do poder.

[...] A participação da comunidade na escola, como todo processo democrático, é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação. (PARO 2001, p.17).

Assim, cada vez mais se afirma a participação da comunidade, não apenas como um direito de controle democrático sobre os serviços do Estado, mas também como uma necessidade do próprio empreendimento pedagógico que é levado a efeito na escola, mas que supõe seu enraizamento e continuidade com todo o processo de formação do cidadão que se dá no todo da sociedade.

A democratização se faz na prática, só acontece por atos e relações concretas, apesar dessa necessidade, muitos educadores escolares não exercitam a prática democrática correspondente por depararem com as dificuldades da prática, porém não admitindo seu comportamento.

Spósito (2002) afirma que:

[...] a gestão democrática poderá construir um caminho real de melhoria da qualidade de ensino, se ela for concebida, em profundidade, como mecanismo capaz de alterar práticas pedagógicas. As escolas devem estar predispostas a essas mudanças, e a ação dos professores torna-se fundamental para criar as condições para uma ampla reformulação da prática escolar, ampliando a participação de outros protagonistas como alunos, pais e demais forças sociais. (p. 54).

Para Libâneo (2001), se existe hoje uma palavra em moda no mundo da educação, essa palavra é, sem dúvida, "qualidade". A qualidade da educação ou do ensino é o objetivo prioritário ou como um dos muito poucos que merecem consideração, que se converte assim em uma meta compartilhada no que todos dizem buscar.

A qualidade da educação é voltada para melhoria no nível de bem-estar geral da sociedade, contribuindo para uma sociedade mais democrática, livre e produtora de relações civilizadas entre pessoas e grupos, não somente para preparação para o mercado de trabalho e para o ingresso no ensino superior. Uma educação de qualidade possibilita que o homem produza conhecimentos, técnicas, valores, comportamentos, atitudes que configura o saber produzido.

Nesta tarefa de participação e compromisso, os pais e a comunidade tornam-se autênticos cidadãos da instituição escolar, participando das decisões e controlando o

cumprimento efetivo das normas estabelecidas com o objetivo de beneficiar seus próprios usuários. Deste modo, o momento de gestão da escola não se torna mera atividade burocrática, mas a prática das regras da democracia, corrigindo velhos autoritarismos. O processo de integração dos pais na tomada de decisões na escola e especialmente na avaliação das suas atividades pode ser benéfico em relação aos pais que se colocam como interlocutores importantes diante dos trabalhadores da escola. (PARO, 2002).

O trabalho coletivo no contexto escolar envolve uma ação imprescindível que deve ser repensada e atualizada, Loch (1995) enfatiza essa ação:

O planejamento precisa acompanhar as mudanças. Chega de estratégias prontas e ao mesmo tempo inacabadas. Urge um planejamento participativo e coerente à realidade. É imprescindível um planejamento voltado para o futuro, visando criar oportunidades para a aprendizagem, em um processo de descobertas, onde professores e aluno, em ação conjunta, possam criar estratégias sólidas para a construção de novos conhecimentos. (p.20).

Isso ocorre especialmente aos professores, que passam a ter concretamente presente, aqueles a quem devem prestar contas da qualidade de seus serviços, e, assim, os pais podem inteirar-se efetivamente dos problemas da escola, o seu direito e o seu dever de controle democrático. O trabalho pedagógico através das competências requer um planejamento coletivo, onde o diálogo se estabeleça em torno do que é primordial para o aluno.

GESTÃO DEMOCRÁTICA UMA CONQUISTA ATUAL

OBSERVAÇÕES NO CONTEXTO DO CMEI ALZIRA MARIA DE JESUS

Para mudar a escola, é necessário haver a participação de todos, e em especial de família, comunidade e docentes. Ela contribui para a democratização das relações de poder no âmbito escolar e, por conseguinte, pode levar vários usuários à intervenção no próprio sistema de ensino. A gestão escolar dará maior consistência e qualidade ao PPP se for, de fato uma gestão democrática, autônoma. E a escola atual precisa conquistar e ampliar cada vez mais o seu nível de autonomia.

A autonomia administrativa garante à escola a liberdade para elaborar e gerir os seus próprios planos, programas e projetos, considerando a sua realidade, o momento histórico e, principalmente, as suas necessidades. Então, numa escola democrática, torna-se pertinente “criar órgãos de gestão que garantam, por um lado, a representatividade e, por outro, a continuidade e consequentemente a legitimidade”.

Os objetivos do CMEI Alzira Maria de Jesus para uma Gestão Democrática de qualidade é Proporcionar às crianças cuidados de higiene, alimentação, educação e saúde em clima afetivo, estimulador e seguro; Oportunizar à criança vivências que favoreçam o desenvolvimento global e harmonioso de suas potencialidades; Fortalecer as bases da convivência, do relacionamento e envolvimento da família para que a criança continue seu processo educativo mesmo ao sair do CMEI. Frente aos dados coletados, observamos e analisamos a importância das relações entre funcionários, professores e alunos são boas, providas de cordialidade e respeito mútuo e que, todas as pessoas que ali trabalham são comprometidas com o seu trabalho, enfim, todos colaboram para o bom desempenho e andamento da escola.

A rotina da gestora é de 8 (Oito) horas diárias, sendo 40 (Quarenta) horas semanais, o plano de trabalho é: Prestar apoio sócio educativo às crianças do bairro e entorno, assegurando-lhes melhores condições de desenvolvimento integral nos aspectos: educacional, afetivo, psicofísico e social, bem como apoio sócio familiar; Revitalizar os espaços do CMEI, salas de aula, pátio e parque com brinquedos apropriados a cada faixa etária, promovendo melhorias no conforto e bem estar dos alunos; Realizar a compra de materiais pedagógicos para as salas de aula, bem como livros de literatura infantil; Promover em parceria com o Conselho de Escola, ações junto à comunidade local, em especial as famílias dos nossos alunos, a fim de conscientizar sobre a responsabilidade com a educação e saúde da criança e as normas do CMEI; Garantir uma alimentação de qualidade para suprir as necessidades alimentares dos alunos, relação família e escola: promover momentos onde eles possam conhecer as propostas do CMEI; Priorizar melhorias no ambiente escolar e nos relacionamentos interpessoais, estando presente na escola; Utilizar recursos financeiros (federal e municipal) de acordo com as necessidades do CMEI; Realizar a compra de materiais pedagógicos para as salas de aula, bem como livros de

literatura infantil; Promover em parceria com o Conselho de Escola, ações junto à comunidade local, em especial as famílias dos nossos alunos, a fim de conscientizar sobre a responsabilidade com a educação e saúde da criança e as normas do CMEI; Proporcionar às crianças cuidados de higiene, alimentação, educação e saúde em clima afetivo, estimulador e seguro; Oportunizar a criança vivências que favoreçam o desenvolvimento global e harmonioso de suas potencialidades;

Dar acompanhamento à família da criança através de reuniões, palestras, mostra de atividades, apresentações e comemorações educativas. A gestão democrática na educação é um fenômeno político novo que assegura liberdade de expressão e de organização aos diversos segmentos da comunidade escolar. Trata-se, no âmbito da escola e do conjunto do sistema educacional.

Segundo a gestora as reuniões são importantes para o trabalho ser bem realizado dentro do CMEI, pois, o desenvolvimento de equipe de gestão compartilhada envolve todos os segmentos, assim, podemos analisar e solucionar problemas na administrativa e pedagógica.

Portanto, a gestão contribui para a democratização das relações de poder no âmbito escolar e, por conseguinte, pode levar vários usuários à intervenção no próprio sistema de ensino. Assim, não apenas o diretor da escola ou os órgãos superiores da educação estarão definindo o que é prioritário para a unidade escolar. Todos os segmentos escolares adquirem papel fundamental no processo decisório.

Com as informações da gestora foi informado sobre os recursos financeiros do CMEI e como são distribuídos, são eles: PDE (Plano desenvolvimento da escola) que são recursos destinados a reformas e obras, PDDE(Programa Dinheiro Direto na Escola) aos pagamentos de água, energia elétrica, telefone, compra de material pedagógico (livros, papéis entre outros), material de consumo (material de limpeza e utensílios domésticos) e bens patrimoniais (móveis, TV, DVD entre outros), Merenda Federal e Merenda Municipal, somente para compra de merenda e FNDE (Fundo Nacional Dentro da Escola), destinado a compra de livros de Literatura Infantil, reforma e pintura do prédio .

Com todas as informações conclui-se que os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (Artigo 15). Com isso a LDB procurou respeitar a autonomia das unidades do sistema federativo: os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta lei.

E atribui à União a responsabilidade da coordenação da política nacional de educação (artigo 8º) ao mesmo tempo em que estabeleceu, nos artigos 14 e 15, um princípio e duas diretrizes para a implementação do princípio constitucional da gestão democrática.

Segundo a gestora a contratação de funcionários é feita pelas empresas terceirizadas que atendem o CMEI como: GLOBO (ASG), SERDEL (ALIMENTAÇÃO), LIMPESERVICE (PORTEIROS).

O Conselho de escola fundamenta-se nos seguintes instrumentos legais: Na Constituição Federal, no Art. 206, inciso VI; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9394/96 nos Artigos 14 e 15. Assim como, as Constituições Estaduais em relação aos sistemas estaduais de educação e as Leis Orgânicas, aos sistemas municipais educacionais. Regulamentadas pelas portarias, decretos, atos e outras leis específicas. O CMEI Alzira Maria de Jesus possui em sua organização escolar um conselho de escola, que tem como membros em sua formação a participação da diretora, (presidente do conselho), funcionários administrativos, professores, membros da comunidade e pais dos alunos.

CONCLUSÃO

O trabalho propõe um aprendizado na área de Gestão Escolar mostrando o movimento democrático dos professores, das famílias e das comunidades através de eleições e construção de uma escola mais eficaz e de formas mais democráticas de administrar a educação escolar. Assim, trouxe-me mais compreensão acerca do trabalho do gestor no âmbito escolar. Também me fez perceber como é importante a

transformação da prática pedagógica como ato de carinho dentro do profissionalismo. Em nome de uma ação democrática e autônoma, muitos membros de unidades sociais apresentam ressentimento contra toda e qualquer norma que possa estabelecer ordem e direcionamento ao seu trabalho.

O exercício da cidadania exige o acesso de todos à totalidade dos recursos culturais relevantes para intervenção e participação responsável na vida social. Para que a escola atenda a esses objetivos, torna-se necessário uma proposta educacional que expresse a busca da qualidade da formação a ser oferecida a todos os estudantes.

A escola mais do que nunca é um espaço social privilegiado de construção de conhecimentos, significados éticos necessários e constitutivos das ações de cidadania. O papel da Educação no mundo contemporâneo coloca, portanto, para a escola, um horizonte mais amplo e diversificado.

O CMEI reafirma-se, assim, como um espaço de formação e informação que deve possibilitar o desenvolvimento de capacidades que permitam compreender e intervir nos fenômenos sociais e culturais e garantir que os alunos possam ter acesso e compreender o produto das culturas nacionais e universais. Famílias essas que vivem em constante mutação, gerando assim, um índice razoável de evasão escolar. Pensando assim, a gestão democrática do CMEI Alzira Maria de Jesus, pretende-se trabalhar compartilhadamente numa construção coletiva, visando à organização e integração das atividades, dando significado à ação dos agentes educativos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: texto na íntegra.** Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. São Paulo: Saraiva 1997.

CODY, F.; SIQUEIRA, S. **Escola e comunidade; uma parceria necessária.** São Paulo, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa** - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, LOURIVAL C.: **Mudanças e inovações na educação.** 2. ED. SÃO PAULO: EDCOM 2005.

FREITAS, S. R. **Gestão Democrática na Escola Pública; Questões e possibilidades.** Rio de Janeiro, 2005.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (orgs.) **Autonomia da Escola: principio e Propostas.** São Paulo: Cortez, 1997.

GROH, Ivanete Lago. **Participação da comunidade na escola pública: As percepções de professores alunos, e pais sobre projetos em parceria escola, comunidade e empresa.** Itajaí, 2006. 189f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Mestrado Acadêmico em Educação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos, **Democratização da escola pública. A pedagogia crítica social dos conteúdos.** 9. Ed. São Paulo: Loyola, 1995.

_____**Organização e gestão escolar: teoria e prática.** 4. Ed. Goiânia: Editora alternativa, 2001.

LIKERT, R. **Novos padrões de administração.** São Paulo: Pioneira, 1971.

LIN S. C. **Participação da comunidade na escola pública: os modelos colegiado voluntariado e seus campos de significação.** São Paulo, 2003. 313f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

LUCK, H. et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** Rio de Janeiro: DP&A, 4. Ed. 2000.

MARTINS, José do Prado. **Administração Escolar: uma abordagem crítica do processo administrativo.** 2. Ed., São Paulo: Atlas, 1999.

MENDONCA, Erasto Fortes. **Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil.** *Educ. Soc.*, Aug. 2001, vol.22, nº. 75, p.84-108. ISSN 0101-7330.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários para a educação do futuro.** São Paulo; Cortez; Brasília; UNESCO, 2000.

MOTA, I. M. de A. **Gestão Educacional: Arquitetura das Relações Humanas e Exercício de Poder na Escola Cooperativa.** São Paulo, Departamento e Administração e Supervisão Educacional, Universidade Estadual de Campinas, 2003, p. 69-71.

NÓBREGA, M. L. S. **Escola Padrão: Autonomia e Gestão Democrática.** São Paulo: 1999.

PARO V.H. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: ed. Ática, 2001.

_____**Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso?** In: BASTOS, J. P. (Org.). **Gestão democrática.** 3. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P.57-72.

ROMÃO, J. E.; PADILHA, P. R. **Diretores escolares e gestão democrática da escola** (in: GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Autonomia da escola – Princípios e proposições**. São Paulo; Cortez, 1997.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Autores Associados, 1994.

SPÓSITO, Marília Pontes. **Educação, gestão democrática e participação popular**. In: BASTOS, J. P. (Org.). **Gestão democrática**. 3. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P.45-56.

WESTRUPP, M. F. **Gestão Escolar Participativa; Novos Cenários De Competência Administrativa**. Florianópolis, Curso de Mestrado em Educação e Cultura da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, 2003, p. 55.

XAVIER, A. C. da R.; SOBRINHO, J. A.; MARRA, F. **Gestão escolar: desafios e tendências**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Secretaria do Planejamento. Orçamento de Presidência da República, 1994.